

COLEÇÃO NOSSA TERRA

Títulos publicados:

A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)

Raimundo Santos

Breve história do PCB

José Antonio Segatto

Comunistas em céu aberto

Michel Zaidan Filho

Estado e burguesia no Brasil

Antonio Carlos Mazzeo

Capitalismo e revolução burguesa no Brasil

Nélson Werneck Sodré

Próximo lançamento:

A esquerda e movimento operário 1964-1984 — Vol. 2: A crise do "milagre brasileiro"

Celso Frederico (org.)

NÉLSON WERNECK SODRÉ

Capitalismo e Revolução
Burguesa no Brasil

Oficina de Livros
1990
Belo Horizonte

fluência pelos seus efeitos não apenas em indivíduos mas principalmente na sociedade, constataremos o seu peso na longuíssima tradição senhorial que preside as relações políticas e empregatícias, como as relações familiares, estas fundamentalmente, no desenvolvimento institucional, nas formas de transmissão da cultura, ainda a acadêmica e até a científica e artística. Aquele peso embruteceu e corrompeu os costumes, intoxicou o ambiente social de profundos e duradouros preconceitos, correspondeu a um fator de inércia cujos efeitos foram permanentes e chegaram ao nosso tempo, de sorte que mesmo indivíduos das classes dominantes conservam costumes e padrões de conduta próprios dos incultos e atrasados. De tudo isso foram vítimas, em nossa sociedade, a mulher e a criança, mas principalmente aqueles cuja contribuição à sociedade foi a do trabalho. Escravismo e feudalismo infamaram o trabalho, na verdade, e isso atravessou os séculos, atingindo a etapa capitalista do nosso desenvolvimento histórico.

Capitalismo

66. XIX

No século XIX, o quinto após a colonização e da vigência dessa perturbadora coexistência de tão diversas formas de produção e de suas decorrências na cultura, apareceram aqui condições para o surgimento das relações capitalistas e de uma estrutura social em que a burguesia passou a ser a classe dominante e a controlar o aparelho de Estado. As mudanças que definiram esse processo, numa sociedade como aquela cujos traços principais foram antes sumariados, podem definir-se globalmente como revolucionárias. É o que se pode conhecer como revolução burguesa no Brasil. Naquele ventre promíscuo, em que existiram formas tão diversas e contraditórias, as alterações iniciadas no século XIX começaram a surgir e a crescer. Enfrentando a resistência maciça e tenaz, monolítica por vezes, das relações antigas, particularmente as coloniais, as relações capitalistas padeceram um desenvolvimento irregular, desigual, quase sempre lento. O conjunto delas constituiu a revolução que modelaria, e vai modelando, o Brasil contemporâneo.

Convém, entretanto, para maior clareza, particularmente considerando a complexidade do processo no caso específico do Bra-

sil, discutir, ainda que de modo sumário, alguns conceitos. O primeiro deles é o mais geral — o conceito de revolução. A palavra tem sido usada, ao longo do tempo, aqui e fora daqui, com significações diversas. Na maioria dos casos, denuncia mudança, quase sempre violenta, quase sempre comportando luta armada, na composição do poder. Em casos raros, o seu uso mostra significação muito restrita — revolução é a passagem de um modo de produção a outro. O entendimento habitual, condicionado pelas debilidades do conhecimento e do ensino de história em nosso país, conhece a revolução como um fato decisivo, por assim dizer súbito, decorrente da ação de determinada personagem ou de algumas personagens, assinalada por uma data ou até por um episódio significativos: a revolução francesa, por exemplo, ficou conhecida pela queda da Bastilha; foi esse acontecimento que marcou o divisor separando o passado do futuro, antes da revolução e depois da revolução. Para os brasileiros, para mencionar outro exemplo, embora não revolucionário, mas de significativa mudança, a independência ficou conhecida e resumida no grito do Ipiranga: antes, éramos colônia, depois passamos a ter autonomia. Claro que tal concepção do processo histórico é própria do leigo. Basta o conhecimento elementar de história para saber que a revolução francesa, que começou antes de 1789 e se completou muito depois, teve na queda da Bastilha um acontecimento que apenas se tornou simbólico, mas não passou de secundário. E os brasileiros sabem, quando têm da história uma idéia mais clara, que o processo da independência do Brasil começou com as conjurações mineira e baiana, com a rebelião pernambucana de 1817, e se completou, no nível político e administrativo, com a maioria, integrando, pois, a regência. E que, no fim de contas, é um processo em curso.

Uma concepção por assim dizer ortodoxa de revolução é aquela apresentada pelo *Pequeno dicionário filosófico*, de Rosental e Iudin: revolução é “mudança radical na vida da sociedade, que conduz à derrota do regime social caduco e ao estabelecimento de um novo regime progressivo, transfere o poder das mãos de uma classe (reacionária) às mãos de outra classe (progressiva)”.¹⁴ O verbete é longo; condena a concepção da revolução como casuali-

¹⁴ M. Rosental e P. Iudin, *Pequeno dicionário filosófico* (São Paulo, 1959), p. 501.

Revolução Social

dade, mostra que "é uma etapa necessária ao desenvolvimento da sociedade", frisa a ligação entre forças produtivas e relações de produção, mostra que o problema crucial da revolução é o poder estatal e frisa que "a revolução é a forma superior da luta de classes".¹⁵ Já o *Dictionnaire économique et social*, organizado por Maurice Bouvier-Ajam, Jésus Ibarrola e Nicolas Pasquarelli, depois de definir revolução industrial e revolução científica e técnica, define revolução social como "mudança radical na superestrutura política, institucional, jurídica e ideológica de uma sociedade, que tem por fim alterar profundamente a estrutura econômica e social dessa sociedade, estabelecendo nela a correspondência entre as relações de produção e as forças produtivas".¹⁶ O verbete é também longo e frisa que a revolução não é um fenômeno acidental, mas resulta do desenvolvimento das condições materiais de vida da sociedade e das contradições internas que lhe são próprias, mostrando, como Marx escreveu, que a causa econômica objetiva da revolução social é o conflito entre as forças produtivas novas e as relações de produção antigas que entram o desenvolvimento daquelas, decorre da luta de classes, coloca no centro o poder do Estado e, finalmente, que nem todas as revoluções sociais têm o mesmo caráter, que depende da classe que ascende ao poder e das relações de produção que se instauram com ela. Qualificando como revolução social esse tipo de mudança, fica claro que admite a existência de outro ou outros tipos de revolução.

Para os fins a que nos propomos, fica claro que a revolução — e da social é que se trata — importa na solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção, resulta da luta de classes, coloca como problema central a questão do poder, segue um processo e não decorre de casualidades e surge como etapa necessária do desenvolvimento da sociedade. Essa a concepção geral e teórica. Mas a nós interessa, por ser o tema essencial deste estudo, a revolução burguesa, isto é, a alteração econômica, social e política que, resultante da luta de classes, colocou a burguesia no poder e lhe permitiu, pelo controle do Estado, realizar as alterações necessá-

¹⁵ *Ibidem*, p. 502.

¹⁶ *Dictionnaire économique et social*, organizado para o CERM por Maurice Bouvier-Ajam, Jésus Ibarrola e Nicolas Pasquarelli (Paris, 1975), p. 587.

rias a restabelecer a adequação entre as novas forças produtivas e as relações de produção. Para completar: a nós interessa estudar como isso aconteceu no caso particular do Brasil. A revolução burguesa no Brasil, pois, é o processo de mudança que, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo desenvolvimento das relações capitalistas, permitiu à burguesia tornar-se a classe dominante e introduzir as relações superestruturais necessárias à preservação e desenvolvimento de seus interesses de classe.

Trata-se, conseqüentemente, de entender como, no ventre promíscuo daquelas forças produtivas, geradoras e mantenedoras de velhas relações de produção, começaram a surgir novas forças produtivas e como estas, no seu desenvolvimento, conseguiram conquistar o poder e estabelecer novas relações de produção, que permitiam a preservação de seus interesses de classe, confundindo-os com o de toda a nação, como se os de todas as classes fossem por eles atendidos. É evidente que, no processo histórico, primeiro surge a burguesia, e cresce, e depois surge a sua luta pelo poder e, finalmente, a sua revolução — a revolução burguesa brasileira. Para isso, é necessário conhecer como surgiram e se desenvolveram em nossa sociedade as relações capitalistas; como, do passado secular escravista e feudal emergiram essas novas forças produtivas, em contradição com aquelas formas de domínio do poder. No fim de contas, este é o exame de como o capital comercial aqui — porque o usurário foi menor — se tornou capital, como funciona em regime capitalista de produção. Não se trata de verificar apenas como se desenvolveram as forças produtivas, apesar dos freios estabelecidos pelos antecedentes escravistas e feudais, mas como mudaram de qualidade. Como passaram do crescimento quantitativo ao nível qualitativo.

O capitalismo pressupõe, para seu aparecimento, que duas condições sejam satisfeitas: (1) acumulação de riqueza de certa monta; (2) acumulação de força de trabalho separada dos meios de produção. A primeira condição gera o capital; a segunda, gera o trabalho assalariado. Sem trabalho assalariado não há capitalismo, por definição. Onde a força de trabalho é a do escravo, ele mesmo uma mercadoria, ou onde a força de trabalho é parcialmente cedida pelo servo, não há capitalismo. O capital, como foi dito por Marx, é uma relação — uma relação histórica. Para estudar o aparecimento do capitalismo no Brasil, é preciso estudar, pois, como

no Brasil
no 1902
CP condições para o surgimento do
Kismo

a riqueza cresceu aqui e, depois, como essa riqueza, em determinada etapa do processo histórico, tornou-se capital. Estudando, em seguida, como o trabalho aqui se tornou assalariado, depois de ter sido fornecido pelo escravo e pelo servo. Para definir esses dois termos da equação, começaremos pelo primeiro: o desenvolvimento quantitativo da riqueza.

O processo da independência brasileira, no nível político e administrativo, desenvolveu-se dos fins do século XVIII à segunda metade do século XIX. Com o início desta, começam a aparecer reformas, condicionadas pelo crescimento da agricultura cafeeira, com os preços em ascensão no mercado externo. Tais reformas se somam e traduzem a existência de um novo quadro no país. A primeira delas foi a reforma tributária de Alves Branco, dos fins da primeira metade do século. É o sinal inaugural da passagem de uma prolongada fase histórica, definida pelo fluxo da renda para o exterior, numa economia caracterizadamente colonial, a uma fase, que se inicia timidamente, de declínio nesse fluxo da renda para o exterior e avanço de sua acumulação interna. A Lei de Terras, de 1850, estabelece condições em que a terra passa a integrar o mercado: traduz o crescimento da agricultura de exportação e dá sentido e define como classe aos seus proprietários. A terra é agora a medida de *status*, não mais o número de escravos. Em 1850, por outro lado, o Estado brasileiro aceita a abolição do tráfico negreiro, mantido até aí e desde o início do século, apesar da pressão britânica. No início da segunda metade do século, por outra parte, a estrutura material do país passa por importantes mudanças: surtem as ferrovias, o transporte a vapor, as estradas, os serviços públicos urbanos que dão fisionomia nova às cidades, as primeiras indústrias. É a época em que os investimentos no tráfico negreiro começam a ser transferidos à expansão das lavouras mas também às indústrias nascentes, — é a época em que homens como Vergueiro e principalmente como Mauá destacam-se pelos seus empreendimentos. O meio circulante cresce, o capital bancário começa a figurar nas transações.

Por outro lado, é a época em que os efeitos das crises cíclicas do capitalismo ocidental, transferindo-se à nossa economia débil, causam nela notórios distúrbios, com falências comerciais e bancárias. De toda maneira, a economia brasileira começa a superar a etapa do fluxo da renda para o exterior, iniciando a etapa em

que, conservando e acumulando no interior uma parte dela, passa à categoria de economia dependente. A acumulação interna reside particularmente nos saldos na balança do comércio exterior e no crescimento da produção de subsistência. O mercado interno, que data da fase mineradora no altiplano do centro-sul, começa a pesar na atividade econômica. A crescente derrocada do escravismo segue paralela ao desenvolvimento do capital comercial e mesmo a certas formas do capital usurário.

A promulgação, ainda em 1850, do Código Comercial e, em 1855, do Código Civil acompanha a nova função sócio-econômica da terra e o advento de empresas comerciais e industriais antes desconhecidas. Os hábitos de consumo das populações urbanas se alteram, cresce o mercado a que afluem importações diversificadas, inclusive no que diz respeito a utensílios domésticos e moda feminina. A passagem da terra à categoria de propriedade burguesa acompanha, nas áreas rurais, essa transformação que acaba por afetar os costumes. Aquela passagem, por outro lado, passou a funcionar com base na exploração do trabalho agrícola. Trata-se de um processo irregular, freado pela pesada herança do passado colonial e pela complexidade das formas mistas vigentes e ainda pelas desigualdades não apenas entre as classes mas também entre as regiões, as ilhas de produção no extenso arquipélago nacional. Essas desigualdades refletem-se no crescimento vago do mercado interno. Ainda assim, o rendimento real do Brasil, na segunda metade do século XIX, aumentou 5,4 vezes.¹⁷ Era a época, convém lembrar, em que a capital comercial nacional controlava o comércio do café, permitindo reter no interior parcela importante de seus lucros. Ficaram conhecidos casos de fortunas individuais de monta: Mauá acumulou, em dez anos, cerca de 100 mil libras esterlinas, na atividade bancária. Nas décadas iniciais da segunda metade do século, ele organizou empresas em que foram investidos milhões de libras esterlinas.

Na primeira metade do século, o Brasil só tivera saldo comercial com o exterior umas poucas vezes e o déficit era coberto com empréstimos; nela, o saldo orçamentário só ocorreu também sete vezes, até 1860. O Brasil contratou no exterior mais de dez

¹⁷ Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (Rio de Janeiro, 1959), p. 280.

acumulação interna
com o café
infra-estruturas
a transferência
de escravos e
indústria

empréstimos, no valor de 11,5 milhões de libras esterlinas. A partir de 1861, os saldos na balança comercial exterior foram contínuos e, embora oscilassem em valor, alcançaram altos índices em anos como 1867-1868 e 1871-1872. Daí por diante foram quase sempre crescentes. O déficit orçamentário, porém, permaneceu constante em toda a segunda metade do século. A exportação de café, que permanecera um pouco inferior a 50% do valor total das exportações brasileiras, ultrapassava esse índice no decênio 1871-1880; a do açúcar, em declínio continuado, não chegara, nesse decênio, a 12%; mas o algodão atingia nele a mais de 18%. As primeiras normas para incorporação de sociedades anônimas, de 1849, foram completadas em 1859 e 1860. O ano de 1855 foi marcado pelo aparecimento da *Consolidação das Leis Civis*, de Teixeira de Freitas.

As primeiras linhas telegráficas são de 1852, a primeira ferrovia é de 1854, a iluminação a gás do Rio é de 1853. Em 1850, começava a funcionar o estabelecimento de construção naval da Ponta d'Areia, adquirido por Mauá em 1846. Em 1852, ele organizava a Companhia de Navegação do Amazonas, como a Companhia Fluminense de Transportes. Já em 1851, fundara a Companhia de Iluminação do Rio de Janeiro e participava da segunda fase do Banco do Brasil. Seus capitais, em 1850, eram já da ordem de 300.000 contos de réis. Todas as suas empresas, entretanto, como a concessão para a construção da ferrovia ligando o porto de Santos ao planalto, foram tragadas pelos efeitos das crises cíclicas do capitalismo e passaram a propriedade de ingleses e americanos. As oscilações tarifárias já vinham corroendo os seus empreendimentos: Mauá foi uma vítima do atraso do capitalismo brasileiro. A sua aventura burguesa pioneira assinala a debilidade desse capitalismo na infância: as crises cíclicas de 1857 e de 1864 liquidaram com ela. Quando da primeira, ocorreram só no Rio de Janeiro 49 falências; em 1858, serão 90; as hipotecas rurais, por dívidas contraídas entre 1855 e 1859, ascendem a 68.000 contos de réis, compromissos de liquidação praticamente impossível. A repetição da crise, em 1864, quando a casa bancária de J. Alves Souto fechou as portas e uma centena de casas comerciais foi arrasada, com prejuízo global da ordem de 100.000 contos de réis só nessas falências, agravou o quadro e representou entrave violento à capitalização nacional. Esses dados revelam os obstá-

-eulos que a acumulação capitalista enfrentou aqui. Imprensada entre o latifúndio escravista e feudal e o pré-imperialismo britânico, avançava aos trancos e barrancos.

A expansão ferroviária era assinalada, em 1880, por um crescimento de cinco vezes em dez anos. Em 1882, era ampliada a Lei das Sociedades Anônimas. Era uma fase ascensional da renda, permitindo acelerar a acumulação. Superada a crise de 1874-1875, o que só veio a se completar em 1886, a exportação cresce: quadruplicou, em valor, nos dois últimos decênios do século. Os saldos tornam-se habituais: os do lustro de 1895-1900 atingem a pouco mais de 350.000 contos de réis, chegando a mais de 1.400.000 contos de réis no lustro de 1900-1905, nível que, oscilando embora, permanecerá até 1920. Era importante índice de avanço o saldo total de um milhão de contos de réis nos dois últimos decênios do século XIX. O café brasileiro, então, excedia de 75% do total mundial comercializado. O dado indispensável na análise do quadro, entretanto, é aquele referente ao imperialismo. Entre 1860 e 1880, realmente, os monopólios não são mais do que embriões, quando o desenvolvimento da concorrência livre encontra o seu apogeu; o período de largo desenvolvimento dos cartéis começa em 1873, mas toma considerável impulso no fim do século: a crise de 1900-1903 assinala o pleno desenvolvimento do imperialismo. Se a renda nacional inglesa dobrou, entre 1865 e 1898, a renda proveniente do exterior cresceu ali nove vezes. Esse ritmo de exploração das áreas coloniais era também o das áreas dependentes. O Brasil concorria com a sua parcela para isso. Essa exploração era o alicerce do império britânico, de que fazíamos parte, embora politicamente autônomos.

O desenvolvimento material brasileiro foi secularmente retardado, desde a fase da economia colonial, caracterizada pelo fluxo da renda para o exterior, até à fase da economia dependente, quando se iniciou aqui a acumulação capitalista muito lentamente, por força de ficar no país uma parte já importante da renda nele gerada. O que define o surgimento das relações capitalistas aqui e depois o seu desenvolvimento é o fato de ocorrer na fase pré-imperialista e, depois, plenamente imperialista. É esse tardio capitalismo que vai encontrar desde o seu alvorecer grandes obstáculos que se concretizavam particularmente na associação do imperialismo à nossa acumulação. Avançávamos como um carro frea-

arrastando com o imperialismo

do permanentemente. Além dos freios conseqüentes da exploração, carregávamos o peso das crises cíclicas, cujos efeitos eram sistematicamente transferidos das áreas originárias e de capitalismo plenamente desenvolvido às áreas de capitalismo dependente, como o Brasil.

O pré-imperialismo apresentou aqui o quadro definido pelos investimentos e pelos empréstimos, somando efeitos à troca desigual. Esta foi a forma mais antiga. Os investimentos acompanharam o nosso desenvolvimento capitalista, aplicados em transporte ferroviário e marítimo, como em transporte urbano, e nos serviços: gás, luz, telégrafo, depois telefone, cabo submarino, quase sempre em contratos leoninos.¹⁸ Os empréstimos começaram com a independência — o reconhecimento dela nos custou a responsabilidade do chamado “empréstimo português”, porque tomado por D. João VI — e permaneceram, praticamente sem interrupção aliás, até os dias de hoje: os do tempo do império foram liquidados apenas após o movimento de 1930. A história desses empréstimos é uma longa teia tenebrosa em que se desvenda a extraordinária sobrecarga que onerou secularmente o nosso povo.¹⁹

Burguesia

Superadas as crises do início da segunda metade do século XIX, a ascensão exportadora, conseqüência e causa da expansão da lavoura e da economia coletora amazônica depois, as relações capitalistas desenvolveram-se em ritmo lento mas nítido. Esse de-

¹⁸ Modelo de contrato leonino foi o da construção e exploração da São Paulo Railway, a *Inglês*, com a garantia de juros, o privilégio do monopólio do transporte e a longa duração. Não houve risco algum do capital investido pela empresa britânica, que lucrou efetivamente, uma vez que o prejuízo eventual seria contratualmente coberto pelo Estado, durante quase um século. Deixou-nos um trambolho ferroviário.

¹⁹ A história da dívida externa brasileira, objeto de vários estudos, inclusive um oficial, que levaria ao chamado “esquema Aranha”, quando, após o movimento de 1930, o governo brasileiro decidiu proceder ao levantamento dos empréstimos até então concedidos e estabelecer um sistema de pagamento em novos moldes, é por vezes um labirinto de torpezas. O levantamento realizado por um economista insuspeito, Valentim Bouças, faz revelações que seriam, entre indivíduos, objeto de ação policial.

envolvimento — de que as inovações na legislação dão sinal — conhece, nos fins do século, significativa mudança qualitativa. É o primeiro grande lance da acumulação capitalista marcada pelas reformas políticas, de que a abolição do trabalho escravo, com as precedentes leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, foi a mais destacada, e que esteve associada ao advento da república. Antes, havia burgueses isolados, como indivíduos, ilhados pelo predomínio absoluto do latifúndio e numa sociedade em que eram minoria reduzida. Agora, já se delineia a burguesia como classe. Como tal, dando os seus primeiros passos, em inequívoca subordinação à classe senhorial. Mas presente nas reformas do fim do século, sem a menor dúvida. A crise política da época deriva das mudanças econômicas estruturais que então ocorrem e a qualificação como estruturais vai por força das alterações no mercado de trabalho principalmente: o desenvolvimento capitalista brasileiro, embora ainda lento e difícil, já não comportava a convivência com o escravismo.²⁰

O segundo grande lance do desenvolvimento do capitalismo e da burguesia foi ligado ao conjunto de acontecimentos que marcaram a 1.^a Guerra Mundial. Por força da guerra e da campanha submarina com que os alemães tentavam o bloqueio do comércio dos aliados, as trocas internacionais encontraram dificuldades muito grandes para funcionar. No caso brasileiro, como em alguns outros, essas dificuldades foram decorrentes da diminuição e, em certos casos, da suspensão das importações. Sem receber do exterior, ou recebendo em volume menor e abaixo de suas necessidades as mercadorias que antes recebíamos, fomos compelidos a produzi-las aqui. Essa redução nas importações e simultâneo avanço na produção nacional substitutiva gerou, além da modificação na balança do comércio exterior, um parque industrial que, em condições normais, teria demandado providências e investimentos difíceis e controversos para, no fim de contas, motivar um desenvolvimento lento, como vinha acontecendo. A guerra, por outro

²⁰ “Em 1889, o Brasil deu apenas um passo bastante indeciso pela via da transformação do seu sistema estatal feudal-colonial em sistema burguês. Isto predeterminou a necessidade objetiva de uma nova transformação revolucionária no caráter do poder estatal, que se deu quatro décadas depois, em 1930” (N. Simônia, in A. Karaev, *op. cit.*, p. 8).

lado, ocupado o imperialismo nesse mister, que lhe é intrínseco, folgava a sua ação sobre as economias dependentes, como a nossa. Assim, ~~capitais antes consumidos nas importações, transferidos agora à indústria, criavam um quadro novo.~~ Favorecido pela conjuntura, o esforço da burguesia deve então desenvolver-se para tornar o conjuntural em estrutural. Os saldos na balança do comércio exterior, da ordem de 200.000 contos de réis, em média, até 1914, passaram a 850.000, em 1919. A estatística econômica assinalava que, em quinquênios, a percentagem do capital investido na indústria era marcada pelos dados seguintes: de 11 a 12%, entre 1885 e 1894; ascendendo a 12,4%, entre 1905 e 1909; para passar a 18,5%, entre 1910 e 1914 e a 24,2%, entre 1915 e 1919.

A partir de 1901, a indústria passará a constituir o eixo da economia de mercado interno, embora a de mercado externo continuasse a ser preponderante. O censo industrial de 1907 assinalava a existência de 3.258 estabelecimentos, com um capital da ordem de 670.000 contos de réis, com um valor de produção superior a 140.000 contos de réis e uma força de trabalho de 150.000 operários. Em 1920, os dados serão muito diferentes e frisarão a mudança qualitativa: 13.340 estabelecimentos, capital investido de 1.800.000 contos de réis, valor de produção de 3.000.000 de contos de réis e 280.000 operários. Isto significa que dobrou o número de operários, quadruplicou o valor da produção e triplicou o número de estabelecimentos, como o capital investido. Só entre 1915 e 1919, em cinco anos apenas, surgiram 5.940 novos estabelecimentos industriais. A burguesia não apenas via o seu espaço ser ampliado mas reconhecido. Em 1890 tínhamos apenas duas usinas elétricas; entre 1891 e 1900 foram fundadas 8; entre 1900 e 1910, foram fundadas 77; entre 1910 e 1915, foram fundadas 104 e entre 1915 e 1925 surgiram 152. Os dados fixam um processo de industrialização importante, embora com acentuadas deficiências: é um parque disperso, atendendo áreas consumidoras próximas, servido por fontes de energia também dispersas em pequenas usinas; o peso da manufatura e até do artesanato é grande nele; a contribuição dos bens de consumo é esmagadora: em 1920, corresponde a 85 ou 90% do valor total da produção e define considerável debilidade. Mas, na verdade, altera o quadro e a estrutura da produção brasileira e define o impulso do desenvolvimento aqui das relações capitalistas. O "essencialmente agrícola" e a eco-

nomia essencialmente exportadora já não são suficientes para definir esse quadro. É um outro país, com novas relações políticas e de classes sociais.

O terceiro lance do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, do avanço da burguesia em relação ao conjunto da sociedade, ocorre em estreita relação com a crise de 1929, que abala a economia mundial, pois suas repercussões são dessa dimensão e atingem profundamente o Brasil. Repete-se, por outros motivos e em outras condições, o ocorrido quando da 1.^a Guerra Mundial: caem as nossas importações e, com a queda das exportações e, nelas, o declínio violento da contribuição do café, opera-se acentuada transferência de investimentos da agricultura para a indústria. É um dos momentos mais destacados, por outro lado, da expansão do mercado interno, com a crise da economia exportadora tradicional. Mesmo na área agrícola, o papel que o algodão assume, utilizando a estrutura deixada disponível pela crise do café, é inteiramente diverso do deste e tem ligação direta com o crescimento da indústria têxtil nacional, um de seus ramos tradicionais e mais antigos, além de disperso em vários centros urbanos. A crise de 1929, realmente, repete aqui e, convém frisar, sob condições muito diferentes e muito mais significativas, o que ocorrera quando da 1.^a Guerra Mundial. Enquanto mudança de qualidade, aquela crise, com o seu corolário necessário e complementar, o movimento armado de 1930 constituiu etapa muito importante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No referido movimento, a hegemonia burguesa, ainda que transitória na fase, aparece com clareza meridiana.

Na mesma medida em que, com a derrocada do escravismo, a base da exploração do trabalho no campo passou a ser a propriedade da terra, nas áreas urbanas a acumulação à custa do trabalho avançaria. De modo geral, as formas capitalistas desenvolvidas, puras, isentas das sobrevivências feudais, começaram a vicejar nessa etapa de mudança, que abalou as estruturas tradicionais. A divisão de classes, por isso mesmo, começou a definir-se com nitidez. Na face externa, porém, a paisagem permanecia sem alterações e o fluxo de empréstimos e investimentos destinava-se, de preferência, à consolidação das formas pré-capitalistas, embora a economia de tipo colonial estivesse em declínio, substituída pela de tipo dependente. O movimento de 1930 e a nova composição

imperialismo
reflexo

do poder permitiu ao Estado efetivar sua participação nas mudanças em curso. A premissa necessária para definir as relações capitalistas existiam agora: concentração de riqueza monetária, de um lado, e concentração da massa proletarizada de produtores "livres", de outro lado. A etapa, como as anteriores, apesar de tudo, assinala um avanço irregular daquelas relações, lento e atrasado. Tais traços vicejaram profundamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e exerceram nele profunda influência.

Os empréstimos estrangeiros foram uma das formas como a ação do imperialismo esteve presente naquele desenvolvimento. Enquanto, no período de 1891 a 1900, eles totalizaram 22 milhões de libras esterlinas, no de 1901 a 1910 chegaram a 98 e no período de 1911 a 1930 atingiram 203 milhões de libras esterlinas. A dívida externa, entre 1900 e 1930, cresceu de 46 para 267 milhões de libras, ao mesmo tempo que os investimentos estrangeiros controlavam 23% do capital que funcionava no país.²¹ Enquanto tais investimentos, como os empréstimos em alguns casos, aceleravam o avanço capitalista, faziam com que a acumulação perdesse autonomia e fosse absorvida em parcelas crescentes pelos investidores estrangeiros. Logo se intensificou a evasão de recursos financeiros sob a forma de dividendos. Os compromissos da dívida externa, entre 1901 e 1910, consumiram cerca de um terço dos rendimentos proporcionados pela exportação ou 10% do valor do produto interno bruto. Em 1929, os compromissos da dívida externa mais os dos investimentos estrangeiros somaram entre 35 e 37% dos saldos na balança do comércio com o exterior, o dobro do que ocorrera entre 1901 e 1910. Assim, o imperialismo era sócio importante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em 1932, os rendimentos da exportação tiveram 51% destinados a ajustar as contas da dívida externa e remeter lucros de investimentos estrangeiros.

Mas a década de 30 assinala novo período na acumulação de capitais aqui. Isto se deve a uma série de circunstâncias e repete o que, em menor escala, ocorrera antes: as pausas na exploração imperialista são momentos de avanço da acumulação capitalista interna. No caso, a pausa estava ligada aos problemas que o imperialismo enfrentava, decorrentes da crise de 1929 e da prolongada

²¹ A. Karaev, *op. cit.*, p. 59.

depressão que se seguiu e que chegou quase até o fim da década. O nosso desenvolvimento capitalista, assim, estava comprimido pelo imperialismo, de um lado, seu sócio, e pelo latifúndio, de outro lado: a acumulação de recursos formadores do capital continuava a ser, apesar de tudo, operada no setor pré-capitalista. As mudanças políticas de que o Brasil é cenário na época significam, sob tais condições, a execução sempre parcial e defectiva das tarefas peculiares à revolução burguesa de que o movimento de 1930 foi momento importante: o domínio das oligarquias, particularmente a exportadora, entra em declínio, a intervenção do Estado no processo passa a acentuar-se.

O lustro que se seguiu ao movimento de 1930 foi agitado e essa agitação derivava da instabilidade reinante e das improvisações que denunciavam uma incerta busca de rumos. As novas forças políticas ou a composição delas não traziam plano algum para as reformas a empreender e tateavam o terreno, em busca de orientação. Eram forças heterogêneas e essa heterogeneidade correspondia às formas mistas que se apresentavam na extensão territorial do país e na variedade das formas que a produção apresentava e sua mistura. Em 1932, movimento armado na área do café ameaçaria essa composição frágil. E o caráter conservador do movimento de 1930 — disfarçado na pregação liberal e ainda na simpatia popular, não participação propriamente —, alicerçado no arcaísmo subsistente em nossa sociedade, proveniente do poder das áreas pré-capitalistas, começaria a aparecer, depois de alguns agitados anos de lutas internas em que as contradições sociais afloravam. Cedo, o poder assumiu formas repressivas e tendeu à busca de uma hipotética harmonia entre as classes. Mantido intacto, embora com menor participação no poder, o latifúndio, definindo as formas pré-capitalistas, persistia freando as mudanças: a propriedade da terra permaneceu intocada e a resistência ao imperialismo continuou débil. Mas o fato é que, pela primeira vez, a burguesia teve o comando das ações, exerceu hegemonia no processo. Ela teve no movimento de 1930 um dos degraus mais importantes de sua ascensão.

A hegemonia conquistada no movimento de 1930 permitiu à burguesia optar pela ditadura instalada em 1937 como Estado Novo, inserida na larga tendência ascensional das formas agudas — fascismo, nazismo, militarismo — com que a burguesia, em escala

mundial, definia o pânico a que fora levada pela crise e pela ameaça do socialismo triunfante na Rússia anos antes. O curto período de liberdade, iniciado nos fins de 1930, com as mudanças na composição do poder, permitiu aos trabalhadores a retomada de suas formas de organização e de luta. Na contraditória e oscilante linha política do Estado, na sua intervenção ambígua no processo, o movimento de 1930 deixaria claro o seu aspecto conservador que, nele, não sendo único, seria preponderante e não cessaria de crescer, naquele decênio. O balanço entre a repressão violenta e o paternalismo frouxo permitiu assegurar, na linha incoerente, uma estabilidade transitória que criou as condições para consolidar reformas destinadas a afirmar o avanço capitalista aqui. O chamado Estado Novo, realmente, atrás de sua fachada policial e obscurantista, definiu o avanço da burguesia composta com o latifúndio e com o imperialismo, contendo, ao mesmo tempo, o avanço e as reivindicações do proletariado. O movimento de 1930 desvenda o seu conteúdo com o Estado Novo. Com este, a burguesia realizava a sua opção. A correlação de forças, externa e internamente, permitiria esse lance singular.

Sob o pesado disfarce da repressão policial, com o resguardo de um aparelho militar intensamente mobilizado ideologicamente, o Estado passaria, agora, a articular reformas que assegurassem o avanço das relações capitalistas e até o acelerasse. Isso derivava, conseqüentemente, da hegemonia burguesa, permitindo conter o proletariado, seja pelas ações policiais e repressivas, seja pelos artifícios a que se amoldava uma legislação pretensamente trabalhista, na verdade montada para subordinar o trabalho às condições que o Estado burguês impunha. O movimento de 1930, nessa fase final de seu desdobramento, emergindo da confusão aparente, gerada pelo pânico mas também alimentada como forma de intimidação para acobertar o essencial do processo político, mostrava ser uma etapa da revolução burguesa no Brasil, uma etapa operada — ao contrário dos modelos históricos clássicos — contra o proletariado.

Os princípios do reformismo que marca a legislação, na época, definem uma posição nacionalista tibia, que avança na fase de crise do imperialismo para declinar depois. Tais princípios destinam-se a facilitar a capitalização, a reter no interior parcela maior da acumulação, a utilizar o mercado interno, conciliando embora

com o seu estreitamento pelo latifúndio feudal, como elemento propulsor dele. No desenvolvimento histórico brasileiro, trata-se de uma fase em que a capitalização tinha condições para conviver com o latifúndio, que configurava a área pré-capitalista aqui. São princípios que asseguram à burguesia a solidariedade de parcelas importantes da pequena burguesia, que participa agora das discussões políticas. A supressão dos tributos internos que oneravam as trocas entre as diversas áreas corresponde à ampliação e unificação do mercado interno. Medidas diversas, na ordem tributária, na ordem financeira, na ordem trabalhista somam efeitos para marcar esse nacionalismo econômico que se fundamenta muito no papel do Estado. É uma fase em que a questão nacional é trazida a primeiro plano, com sacrifício da questão democrática. A burguesia não está interessada nesta mas naquela.

A substituição de importações, traço essencial da acumulação na época, tem a marca do referido nacionalismo que, no fim da década, encontra na política petrolífera, então apenas em esboço, um ponto que adiante será polêmico mas decisivo. A construção da usina de Volta Redonda será outro ponto importante: trata-se, agora, de indústria pesada, de bens de produção, isto é, de uma alteração qualitativa profunda. A interferência do Estado e o advento do planejamento assinalam a formação do setor estatal da economia, que terá papel eminente na acumulação. Já a legislação sobre a exploração de minérios e uso das fontes de energia — fixadas no Código de Minas e no Código de Águas, de 1934 — estabelecia condições nacionalistas inequívocas e a tendência passaria a ser a de encarar as fontes de energia como dependentes da ação do Estado em sua exploração.

A recuperação dos efeitos da crise de 1929 aqui assinalam a vitalidade do mercado interno em ampliação e o peso da acumulação ascendente. Os referidos efeitos já se poderiam considerar superados em 1933. Em 1935, o valor total da produção industrial ultrapassava o nível de 1929 em 28% e, em 1940, em 61%; a taxa média anual de crescimento da produção industrial era de 4,4%. Por outro lado, embora a economia de exportação estivesse estagnada, a produção agrícola para o mercado interno cresceu da ordem de 40%, entre 1929 e 1937. A importação, em 1931, caiu em mais de 50% em relação a 1929, enquanto a indústria criava turnos noturnos de trabalho para atender o mercado inter-

↳ mercado interno

↳ indústria pesada

o Estado Novo
Revolução de 1930

no. No período de 1930 a 1939 foram criadas no Brasil 12.232 novas empresas, quase o triplo das que surgiram de 1920 a 1929. Estava criada, em suma, uma das premissas do capitalismo: a acumulação de capitais no nível para isso exigido naquela etapa histórica.

Proletariado

Apreciado esse processo, de suas origens na segunda metade do século XIX, passando pelas significativas fases de mudança do fim desse século e da crise da 1.ª Guerra Mundial ao movimento de 1930 e evolução posterior, o quadro se completa com o processo histórico simultâneo de formação do mercado de trabalho e estabelecimento do trabalho assalariado — a segunda premissa. A separação entre os dois processos, neste estudo, é recurso de ordem didática, voltada para a clareza da exposição. Na realidade, trata-se de processo único. O início desse processo pode ser datado de 1850, quando o tráfico negreiro foi abolido. O trabalho, no Brasil, apenas com um quarto de século de vida autônoma, vinha da fase colonial, que a autonomia não alterou, como empresa que foi da classe dominante senhorial, e compreendia a massa escrava de origem africana e de seus descendentes e contingentes de servos dispersos no território, nas diversas ilhas de povoamento e de produção. Claro está que o peso maior do trabalho repousava na massa de escravos; ela respondia pelo maior volume e pelo maior valor da produção destinada ao exterior. Embora as parcas e pouco confiáveis estatísticas da época não esclareçam, parece que o trabalho das áreas feudais respondia pela produção para consumo interno, e não majoritariamente, e pela de subsistência.

A segunda metade do século XIX assiste a decomposição do escravismo e a lenta criação do mercado de trabalho. A suspensão do tráfico prenunciou aquela decomposição: ela importou na clara advertência do fim de regime e foi alerta que a classe dominante compreendeu com clareza, preparando-se para a mudança. Com uma secular resistência, naturalmente, primeiro na aceitação de que a sentença era inexorável; depois, com a tendência de encontrar saídas menos radicais, entre elas a da gorada tentativa para importação de trabalhadores chineses, que para aqui viriam, necessa-

riamente, para a servidão feudal; finalmente com uma política objetiva de aceitação do trabalho livre, com o financiamento da imigração. Nesta última fase, acicatada pelas mudanças que preludivam ou geravam relações capitalistas, a referida classe adotou uma posição em que o realismo foi a nota principal, presidida pelo rigoroso cuidado em preservar a parcela absolutamente majoritária de que ela desfrutava na partilha da renda. As mudanças teriam de ser estabelecidas na obediência ao primado desse predomínio.

A lavoura do café teve início na província do Rio de Janeiro, na terceira década do século XIX, e nele teve predomínio até 1880, véspera da abolição e da república, com apogeu justamente em 1850, quando o tráfico negreiro foi abolido. O fim do século assiste a passagem dessa lavoura às províncias de Minas e de São Paulo, principalmente esta, com produção predominante depois de 1880 e por vários lustros do século XX. O Brasil forneceu 20% do total do café comercializado, em 1825; 40%, em 1850; 60%, em 1890. Em valor, 18% das exportações brasileiras, entre 1820 e 1830 — com 30% do açúcar; 50%, entre 1851 e 1866 — com 21% do açúcar; 65%, em 1890 — com 6% do açúcar. A curva desses números explica a diversidade de posições, no processo de liquidação do escravismo e estabelecimento do trabalho livre, entre as áreas cafeeira e açucareira. A expansão da lavoura do café e a ascensão exportadora, em volume e em valor, marcam o avanço da acumulação interna de capitais: o café é a fonte originária dessa acumulação de que se vai gerar o capitalismo brasileiro.

A expansão da lavoura cafeeira para Oeste é acompanhada pelo avanço tecnológico: o advento da máquina de beneficiar é paralelo ao avanço das ferrovias. O café tem fome de terras novas; nelas, a população escrava cresce 235%, entre 1854 e 1886. O alto preço do café permite utilizar nessa expansão os escravos: africanos, até 1850, deslocados de outras províncias, depois. Esse deslocamento interno da escravaria se refletirá na criação do mercado de trabalho, quando o processo de mudança se acentuar. O café, aliás, funciona aqui como o algodão funcionou nos Estados Unidos, quanto ao trabalho escravo. Em 1800, Brasil e Estados Unidos têm o mesmo número de escravos: um milhão; até 1850, quando da extinção do tráfico negreiro, o Brasil importou 1.600.000

escravos, o triplo dos Estados Unidos; mas em 1870 o Brasil dispunha de 1.500.000 escravos e os Estados Unidos dispunham de 4.000.000. Aqui e ali o escravismo engendrava as suas próprias mudanças: ao mesmo tempo que fornecia as bases materiais da expansão econômica, constituía fator de emperramento, resistindo às mudanças. Mas esse processo dialético de sua liquidação, aqui e lá, assume condições diferentes. Lá, o desenvolvimento capitalista no Norte levará à guerra em que o Norte ocupa o Sul. Esse desenvolvimento capitalista encontrou grande estímulo nas possibilidades de acesso à terra, nos Estados Unidos. Aqui, a Lei de Terras, de 1850 — note-se: é a data da suspensão do tráfico negreiro —, proíbe a aquisição de terras devolutas a não ser por compra, isto é, pressupõe uma estrutura capitalista plenamente instalada. A área pré-capitalista, aqui, vai entrar consideravelmente a passagem ao trabalho livre.

O recrutamento de escravos tinha no tráfico africano e, depois de 1850, no tráfico interno a sua fonte principal. Havia uma fonte secundária: a reprodução da espécie. Ao contrário do que se deu nos Estados Unidos, ela não foi aqui explorada de forma sistemática, embora tenha existido, nas condições normais, nas propriedades agrícolas. A situação da massa de escravos e a impossibilidade de continuar a supri-la com novos contingentes fizeram com que o grande problema brasileiro no século XIX tenha sido o da transição para o trabalho livre. Quando o número de trabalhadores livres foi maior do que o dos escravos, o escravismo anuncia o seu fim próximo. Há que acudir, então, com a solução do problema do trabalho. A preocupação com ela, naturalmente, surgiu com a suspensão do tráfico negreiro, mas a guerra com o Paraguai, em 1864, absorveu as atividades do governo e interrompeu a discussão do problema. A guerra, aliás, afetou seriamente o regime de trabalho escravo, com as exigências do recrutamento e as concessões feitas aos senhores para a liberação de escravos destinados às fileiras.

Ainda aqui a estatística é precária, mas é razoável afirmar que a guerra foi feita, do nosso lado, à base da contribuição dos libertos. Se a guerra interrompeu o andamento das discussões, inclusive a dos projetos de Pimenta Bueno, já em 1867 o Conselho de Estado voltava as suas atenções para o problema. O ano de 1870 assinala o fim da guerra com o Paraguai, a fundação do Partido

Republicano, mas também, aproveitando a crise italiana, o início da imigração organizada, que será preocupação constante, visando a criação do mercado de trabalho. A necessidade de estabelecer legislação para isso está presente na atenção das autoridades. Sempre, é claro, dentro do conceito de que as leis reforçam e legitimam as relações e as lutas de classe, buscando a aceitação, e também denunciam projetos e desejos que a sociedade não pode desconhecer. Colocada entre a resistência dos escravos ao regime, de um lado, e os interesses dos senhores, de outro lado, aquelas autoridades voltam as suas preocupações para as duas saídas: incentivar a imigração, de um lado, e regular a abolição do escravismo, de outro lado. Trata-se da elaboração de uma estratégia para assegurar a transição pacífica ao trabalho livre e de criar o mercado de trabalho: a força de trabalho como mercadoria.

Se os seus antecessores não tinham tido condições para o encaminhamento da questão, Paranhos chega ao governo com um programa em que se destacam quatro pontos: o do sistema eleitoral, o da administração da justiça, o da Guarda Nacional e o do elemento servil, como era costume dizer na época. Foi a 15 de maio de 1871 que entrou na Ordem do Dia, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei sobre o assunto. Como foi observado e é fácil verificar pela leitura dos anais das duas casas do legislativo imperial, os debates “foram muito mais violentos” que o habitual, com o emprego de linguagem áspera e descomedida. Isso dá a medida das resistências que o projeto do gabinete Paranhos encontrou. E essa resistência importa em constatar a existência de forças políticas conservadoras, infensas a qualquer modificação essencial na legislação que regulava o trabalho em geral e o do escravo em particular. Nos debates, Paranhos mostrou aos oponentes do projeto que eles careciam de razão. Frisou que o projeto visava, precipuamente, “zelar pelos verdadeiros e legítimos direitos dos proprietários agrários”.²²

Esse cuidado estava condicionado à violência de linguagem da oposição ao projeto. José de Alencar que, com Perdígão Malheiro,

²² Miguel P. do Rio-Branco, *Centenário da Lei do Ventre Livre* (Rio de Janeiro, 1976), p. 14. O trabalho citado, além do texto integral da lei, apresenta os projetos, emendas e propostas, tudo relacionado com o seu andamento, e a relação de senadores e deputados que participaram, pró ou contra, na sua discussão e na sua votação.

esteve à frente dessa oposição, e se destacou nela pela aspereza de suas manifestações, foi dos mais descomedidos e afirmou mesmo que o projeto, se transformado em lei, provocaria a guerra civil no país. Foram cinco meses de acesos debates: a 28 de setembro o projeto foi consagrado em lei — seria a chamada Lei do Ventre Livre. Ao contrário do que em geral se pensa, ela não estava voltada para assegurar a liberdade do escravo, mas para assegurar a autoridade do senhor. Representou, na verdade, o passo mais importante para, diante da ameaça que o quadro social apresentava e a pressão das necessidades que a classe dominante exercia, estabelecer a estratégia política para operar a transição pacífica ao trabalho livre, criando o mercado de trabalho que a estrutura vigente da produção exigia. O traço principal da iniciativa de Paranhos em 1871 consistia em que, naquele momento e pela primeira vez, se traçava uma política, isto é, realizava-se a intervenção do Estado no mercado de trabalho, estabelecendo as condições de seu funcionamento.

A lei reafirmava, convém repetir, a autoridade dos senhores. Não libertava os escravos, criava condições para isso. Colocada no palco, numa fase de agitação e quando o fim do escravismo estava à vista, debilitava a resistência da escravaria e freava o ímpeto do movimento abolicionista que apenas se iniciava. Visava, particularmente, quando as fugas de escravos se avolumavam, controlá-los e fixá-los. Criava, para isso, o registro de escravos e o Fundo de Emancipação: os nascituros eram declarados livres mas ficavam sob os cuidados dos seus senhores até os oito anos, quando estes ou receberiam mais cem mil réis por cabeça ou continuariam com a propriedade do escravo nascituro até que este completasse 21 anos. Isso importava em assegurar ao proprietário de escravos que ele poderia manter os que nascessem a partir de então, 1871, até 1892, isto é, quatro anos além da data em que foi declarada, depois, extinta a escravidão, por força do andamento do processo histórico.

O registro de escravos, na verdade, previsto para o ano seguinte, 1872, demorou mais de um ano para ser cumprido e foi sempre burlado. Relatórios do Ministério da Agricultura, logo adiante, mostravam que a iniciativa privada libertara seis vezes mais escravos do que o Estado. Em 1884, depoimento de Rui Barbosa mostrava que os recursos do Fundo de Emancipação haviam libertado menos

de 20.000 escravos; ainda que tais recursos fossem elevados cinco vezes, só libertariam 120.000 escravos até o fim do século.

Em 1879, a lei de locação de serviços regulou o trabalho livre e os contratos, estimulando a imigração: o Estado, na sua estratégia, preparava, com a imigração, um mercado de trabalho de sua conveniência. Passava a assumir, então, as despesas com os imigrantes, antes a cargo dos particulares. Livres estes de tais encargos, a imigração se desenvolveu rapidamente. Ainda em 1879, ficara proibido o tráfico interno de escravos, que era a fonte em que se abastecia a lavoura do café em sua expansão. Em 1872, momento em que começa a vigorar a Lei do Ventre Livre, a população do país era de 11 milhões de habitantes; 9,5 milhões eram livres. Foi a época em que começou o surto da borracha, contribuindo para o aumento do valor da exportação. Nessa época, a expansão cafeeira criava e desenvolvia a rede ferroviária do centro-sul, estimulava poderosamente o comércio externo e o comércio interno e gerava o sistema bancário. Estabeleciam-se condições para o alastramento das relações capitalistas e o escravismo tinha os seus dias contados. A preocupação residia em como liquidá-lo.

Em setembro de 1885, com a iniciativa gorada de Dantas, retomada no gabinete de Saraiva-Cotegipe, surgiria nova medida, dentro da estratégia adotada para criação do mercado de trabalho: a lei que libertava os sexagenários. Ela estabelecia novas normas para o registro de escravos, agora considerando a idade deles, e aumentava o Fundo de Emancipação: os senhores que optassem pelo trabalho livre poderiam reter o liberto por cinco anos; obrigava o liberto a residir por cinco anos no local onde trabalhava; singularmente, previa, como limite de duração do regime escravista, para daí a 13 anos, isto é, para 1898. Na essência, a nova lei declarava livres os maiores de 60 anos, com a obrigação de trabalharem mais três anos para os seus senhores; eram dispensados do serviço se tivessem mais de 65 anos ou pagassem cem mil réis ao senhor. A lei foi aprovada por 71 votos contra 17; a do Ventre Livre o fora por diferença muito menor: o número dos que a aprovaram não chegava ao dobro dos que a ela se opunham. Era o processo histórico em curso, que modificava o parecer dos representantes da classe dominante. As fugas de escravos cresciam, o movimento abolicionista se desenvolvia. As previsões da época eram de dez anos de vigência ainda do escravismo. A lei de locação de

serviços, de 1879, como a do Ventre Livre e a dos sexagenários estabeleceram as condições para o funcionamento do mercado de trabalho. A chamada abolição, em 1888, não teve de entrar nesse assunto: declarou a escravidão abolida, tão simplesmente.

Os debates dessa legislação, ao longo do tempo, nas duas casas do legislativo imperial, revelam sempre a preocupação não com a sorte dos escravos mas com os prejuízos dos senhores: é uma legislação da classe dominante, na preservação dos seus interesses. A sucessividade dessas leis desmobilizava transitoriamente o movimento abolicionista e a luta dos escravos pela liberdade. Tal legislação estabeleceu sempre condições ótimas para os que compravam força de trabalho. Constituíam, também, um estímulo à imigração: a coexistência com o trabalho escravo fora sempre desencorajadora para os imigrantes. O processo de liquidação do trabalho escravo, nas condições estabelecidas pela classe dominante, proporcionou, como resultado final, a existência permanente de oferta considerável de força de trabalho, buscando inserir-se no processo produtivo, constituindo numeroso exército de reserva. O monopólio da terra, por outro lado — elemento constante em nossa história, persistindo até os dias atuais —, representou sempre o mais poderoso entrave à libertação do trabalho no Brasil: aqui a força de trabalho é sempre barata.²³

Claro está que, como exceção, o trabalho assalariado existiu aqui desde os tempos coloniais. É a sua utilização em massa, como forma predominante nas áreas mais desenvolvidas, que define novas relações e é processo estreitamente ligado ao da liquidação do escravismo. O peso do escravismo e da servidão foi — e ainda existem resquícios dele — tão grande que o trabalho assalariado

²³ "A abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada. Era uma solução política, que correspondia a liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo para a classe proprietária, tomada em conjunto. Tanto não houve, em conjunto, o prejuízo, que as previsões catastróficas não se realizaram. O fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela o carregasse" (Nelson Werneck Sodré, *op. cit.*, p. 253). Neste estudo, o escravismo não é apreciado nos seus aspectos políticos ou éticos, mas apenas em suas relações com o surgimento da forma capitalista de produção e a formação do mercado de trabalho, com o salaríado.

abrangia quase tão-somente imigrantes, até o movimento de 1930. A forma como o escravismo foi liquidado, de maneira a atender precipuamente os interesses da classe dominante, teve como consequência nefasta a enorme dificuldade do mercado de trabalho estreito do tempo para absorver os 700.000 libertos, isto é, desempregados, que não dispunham de qualquer aptidão para outra forma de trabalho que não a de arar e colher e que, entretanto, enfrentava o problema do acesso à terra, que lhes era vedado pelas condições que regulavam a propriedade dela. Daí a massa imensa de vagabundos — no sentido de anejos — que percorre as estradas, gravita para a periferia das áreas urbanas e permanece sem trabalho, e daí a idéia, peculiar a uma sociedade de classes, de que eles, e particularmente aqueles rotulados pela cor, tinham aversão do trabalho como condição genética. Esse preconceito fez parte da trágica ideologia de uma classe que situava o trabalho físico como aviltante e que veria, desde os fins do século XIX, a "arianização" da massa de trabalho como condição imprescindível ao progresso do país. Quando o número de pessoas sem fontes de existência e até de domicílio cresce, como ocorreu nos fins do século XIX, torna-se evidente que a estrutura econômica do país está gravemente enferma.²⁴

Por meio século, entre 1880 e 1930, chegaram ao Brasil quatro milhões de imigrantes. A maior parte destinava-se à área do café

²⁴ O fenômeno, ocorrido nos fins do século XIX, quando da formação do mercado de trabalho, como dele necessitava a classe dominante, começando pela liquidação do escravismo, de massas errantes, que não encontram condições para permitir a sua subsistência e até o domicílio, repete-se, em nossos dias. É, por assim dizer, um processo continuado, um fenômeno constante. Com o desenvolvimento deformado do capitalismo aqui, particularmente após 1964, com a invasão dos investimentos estrangeiros e as condições de superproteção que receberam, o serviço da dívida externa e o comércio desigual somando efeitos à remessa de lucros, assume proporções gigantescas e até alarmantes. O crescimento da miséria, com as grandes cidades sitiadas por áreas de população faminta e desempregada, as migrações internas também crescentes, e a incapacidade do mercado para absorver essa extraordinária oferta de força de trabalho, denuncia uma economia cancerada por males profundos e estruturais. Resolvê-los, como vem sendo tentado, por medidas paliativas, que atendem apenas aspectos conjunturais, vem sendo uma aventura política cujo fim será fatalmente o desastre.

em expansão. O trabalhador nacional, que o mercado interno mal absorvia, era utilizado apenas nas tarefas mais rudes, como o desbravamento e o desmatamento de áreas novas. Estas, entretanto, incorporavam-se aos latifúndios existentes: as zonas pioneiras não corresponderam a uma alteração na propriedade da terra. Quando o Estado assumiu a responsabilidade das despesas com a imigração, esta se desenvolveu aceleradamente. Aliás, realmente, os senhores de terras, responsáveis por tais despesas, que antecipavam, retinham os trabalhadores estrangeiros seja por contratos leoninos, seja por condições de trabalho que pertenciam à servidão: o receio deles era de que esses trabalhadores não-escravos, chocados por tais condições, abandonassem as lavouras, deixando sem desembolso os donos das terras que os haviam contratado. Livre desse ônus e dessa ameaça, o latifúndio explorou o trabalho do imigrante à vontade. Este, realmente, já chegava ao mercado de trabalho despojado de bens, isto é, "livre". Esse despojamento de bens era continuado, no caso do trabalhador brasileiro: é um processo regular, que se repete até os nossos dias. Trata-se de uma acumulação primitiva que atravessa os tempos.

A imigração começou a ser subsidiada pela província de São Paulo, em 1881, antes, portanto, da abolição, dez anos depois da Lei do Ventre Livre, que regulou o processo final do escravismo, dois anos antes da lei sobre locação de serviços. O governo central dispendeu com a imigração, entre 1881 e 1917, cerca de 181.000 contos de réis; a província de São Paulo, cerca de 68.000. Entre 1827 e 1919, entraram nessa província mais de 1.800.000 imigrantes; pouco menos de um milhão foram subsidiados. Só entre 1887 e 1906, chegaram a São Paulo, 1.200.000 imigrantes. Segundo as estatísticas, entraram no Brasil, entre 1908 e 1920, mais de um milhão de imigrantes. A população do país evoluía rapidamente: em 1906, a da província de São Paulo era de 3.000.000 de habitantes. No Brasil, em 1872, quando da Lei do Ventre Livre, havia 10.000.000 de habitantes; passaram a 14.000.000, em 1890; a 17.000.000, em 1900; e a 31.000.000, em 1920. A população escrava passou de 1.150.000, em 1823, a 1.500.000, em 1873. Quando da abolição, mal atingia 700.000. A percentagem da população escrava sobre a população livre decresceu rapidamente, na segunda metade do século XIX, passando de 31%, em 1850, a 15%, em 1872, e a 5%, em 1887. Parte da população rural,

atirada à indigência, tinha condições mínimas para se transformar em camponesa.

A derrocada do escravismo amplia o contraste entre os dois sistemas econômicos, o da economia feudal e o da pequena economia camponesa, concorrentes com o sistema capitalista na infância para a utilização do excesso de força de trabalho no mercado. A existência sempre, consideravelmente agravada com a abolição, de massa muito numerosa de pessoas que haviam perdido suas fontes habituais de subsistência, mais o deslocamento territorial da riqueza, deixando em abandono extensas áreas, geram a multiplicação e a dispersão de formas pré-capitalistas de exploração. A separação do produtor dos meios imediatos de produção, fonte do processo de acumulação primitiva, é um fenômeno de enorme envergadura, pois.²⁵ A coexistência, no Brasil, de diversas formas econômicas mistas, combinando elementos das relações de produção velhas e novas, a convivência do impulso renovador com as estruturas arcaicas resistentes à mudança criaram, na realidade, e criam para o historiador, grandes dificuldades para a compreensão desse complexo processo que foi a gestação de relações capitalistas aqui. De qualquer forma, assim se operou a passagem ao trabalho assalariado no país. A conjugação dele com o crescimento da riqueza de uma estrutura em que as relações monetárias ganhavam destaque apresenta como realizadas as premissas necessárias ao aparecimento e desenvolvimento do capitalismo. E, com isso, da geração e do desenvolvimento da burguesia, de um lado, e do proletariado, de outro lado.

A burguesia, aqui, pois, tendo surgido na época do capital comercial e do capital usurário, na fase mercantil, só ampliou a sua presença a partir da segunda metade do século XIX. Esse processo de ampliação, decorrente daquele que presidiu o crescimento

²⁵ Nossa historiografia, ainda a econômica, precisa e principalmente esta, não se interessou jamais pelos processos essenciais do nosso desenvolvimento: o do investimento inicial, como primeiro exemplo; o da transferência de efeitos das crises cíclicas do capitalismo aqui, como outro exemplo. Assim, o processo de surgimento e crescimento, acelerado em determinadas etapas, do despojamento dos bens dos trabalhadores, convertendo-o em "livres", isto é, com a única saída do trabalho assalariado, tem sido continuamente esquecido também. E esquecido por conveniência de uma historiografia ideologicamente condicionada.

das relações capitalistas aqui, conheceu diversas etapas. Classe subordinada à superioridade da dos senhores de terras, por longo tempo, realizou parte das suas tarefas e definiu a sua revolução na medida em que crescia em poder político, até ter participação majoritária e caracterizada no controle do Estado. Foi uma revolução sem grandes lances, ascendendo por patamares e marcando sucessividade em suas conquistas.

Seu início, quando as mudanças começam a tornar-se claras, pode ser marcado pela etapa preliminar dos fins do século XIX, mas principalmente pelo movimento de 1930. A partir deste, a revolução burguesa está definida e continuará avançando. O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal, suporte da classe dos senhores de terras, de um lado, e com o imperialismo, de outro lado. Tem com ambos contradições evidentes mas, na sua debilidade, convive com eles, associa-se a eles, submete-se a eles, na medida em que se vê ameaçada pelo seu inseparável acólito, o proletariado. Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita romper com ele. É uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas.

Conclusões

A ausência de passado feudal permitiu aos Estados Unidos operar, no mesmo movimento, a autonomia política e a revolução burguesa, fugindo ao modelo clássico. Em nosso tempo, povos africanos operam a autonomia e a passagem ao socialismo no mesmo movimento, embora, quanto a este, apenas em seus preliminares. No Brasil, a autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa. No fim do século XIX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora. O movimento de 1930, condicionado pela crise de 1929, assinala, depois, a ação violenta para acelerar e aprofundar a revolução burguesa, mantendo o latifúndio e conciliando com o imperialismo. Entre 1930 e 1943, passando pelo Estado Novo e pela 2.ª Guerra Mundial, e compactuando com a "guerra fria", opera-se uma fase de acentuado reforço e de novo impulso acelerador do capitalismo e da burguesia para, depois de 1954, conciliar a alavanca do núcleo de capitalismo estatal com uma forma de capita-

lismo estatal monopolista, sob controle das forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas. O "desenvolvimentismo", então adotado como norma de ação, vai desembocar, finalmente, na ditadura esboçada com o golpe militar de 1964 e consolidada em 1968, propiciando o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", com a participação ativa e decisiva das multinacionais, modelo que, vinte anos depois, prova a sua inadequação ao desenvolvimento do país e cujos efeitos constituem fator de retardo desse desenvolvimento.

Essas etapas marcam as formas que, sucessivamente, a revolução burguesa assume aqui. Elas continuam e renovam o caráter contraditório do nosso desenvolvimento capitalista, as vias comuns que ele percorre, as diferenças que estabelece em relação aos modelos clássicos, com violação do desenrolar por assim dizer normal das etapas históricas, terminando por gerar a situação desigual do Brasil no sistema geral da divisão capitalista do trabalho em termos mundiais. Os limites quase sempre imprecisos entre as formações e aquilo que se convencionou conhecer como "contemporaneidade do não coetâneo", isto é, a coexistência no espaço de formações distanciadas no tempo, tornaram difícil o desenvolvimento do nosso capitalismo e marcaram profundamente a burguesia aqui. Nosso escravismo não conheceu, na passagem ao feudalismo — que não foi sempre a regra — a intermediação romana do colonato. Foi esmagado pela passagem direta à servidão ou ao capitalismo ou conviveu com um e outro. Nosso capitalismo não nasceu das ruínas feudais que, aqui, só vicejaram em determinadas áreas, secundárias em sua maior parte, de início, ou foram aproveitadas pelo capitalismo nascente, com a captação das formas pré-capitalistas de acumulação.

Nas lutas políticas posteriores ao movimento de 1930, isto é, a partir da etapa em que a burguesia já se destacava como hegemônica no processo, foram freqüentes e repetidas as acusações, aos seus mais destacados dirigentes, de responsáveis por uma posição de conciliação com o latifúndio ou com o imperialismo ou com ambos. A conciliação, entretanto, tinha causas objetivas e até históricas, não derivava de traços psicológicos de tais dirigentes. A sociologia acadêmica, em sua confusão conceitual, gerou a categoria "populismo" para caracterizar a política que a burguesia desenvolvia, desde 1930, sonhando, com isso, não só aquelas raízes

históricas como o largo painel da luta de classes. Atrás da conciliação estava sempre a pesada herança da compatibilidade e coexistência do nosso capitalismo com as formas pré-capitalistas internas e com o imperialismo. O chamado populismo foi, na realidade, a forma como a burguesia brasileira buscou apoio no proletariado, mais do que no campesinato, pela desimportância política deste, para poder realizar as suas tarefas. Tal aliança, que caracterizou a revolução burguesa clássica, esteve sempre ausente aqui. E o Brasil arcaico resistiu sempre, até com manifestações de força, a essa busca do apoio, no seu reacionarismo secular. E a falta desse apoio, por outro lado, definiu sempre a debilidade da burguesia brasileira. A confusão conceitual acadêmica, assim, adotava, supondo-se ultra-revolucionária, a posição conservadora e até reacionária que o sociologismo tem mostrado em nosso país.

Este estudo se limita, propositadamente, à formação do capitalismo no Brasil e da burguesia. Essa formação se encerra, praticamente, com o movimento de 1930, prolongando efeitos até 1945, outros até 1964. A etapa posterior, quando diferenças essenciais se apresentam, e de que o “desenvolvimentismo” e o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” são processos de destacada importância, afetando o capitalismo e a burguesia aqui, fica para outro estudo. É uma outra história, como diria Kipling.

VARGAS E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL